



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14185 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT05 - Estado e Política Educacional

PERCEPÇÃO, SENTIMENTOS E COMPORTAMENTOS DOS DOCENTES DO ESPÍRITO SANTO PERANTE AS AVALIAÇÕES EXTERNAS APLICADAS EM LARGA ESCALA

Wallacy Campos Prado - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Denilson Junio Marques Soares - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Wagner Santos - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes)

PERCEPÇÃO, SENTIMENTOS E COMPORTAMENTOS DOS DOCENTES DO ESPÍRITO SANTO PERANTE AS AVALIAÇÕES EXTERNAS APLICADAS EM LARGA ESCALA

RESUMO

As avaliações externas aplicadas em larga escala têm assumido um papel de destaque no delineamento das políticas públicas educacionais contemporâneas. Contudo, a literatura acadêmica desenvolvida revela a carência de estudos voltados a analisar as atitudes de professores em relação a elas. No intuito de contribuir para esse debate, este estudo foi desenvolvido com o objetivo de analisar as percepções, sentimentos e comportamentos dos docentes da rede estadual do Espírito Santo em relação a esse tipo de avaliação. Para isso, foi aplicada a Escala de Atitudes Perante as Avaliações Externas Aplicadas em Larga Escala (EAAE) para 405 docentes vinculados à rede. Os resultados apontam que embora os professores tenham atitudes negativas no que se refere às dimensões afetiva e cognitiva do construto, possuem atitudes positivas na dimensão comportamental. Ponto que problematizamos a partir da legislação educacional de coerção do Estado, relacionada às avaliações padronizadas, e da força da política de bonificação por desempenho, que revela efeitos de alta intensidade (*high stakes tests*) na prática docente.

Palavras-chave: Políticas de avaliação; *accountability* escolar; prática docente.

INTRODUÇÃO

As avaliações externas aplicadas em larga escala têm assumido um papel de destaque no delineamento de políticas públicas educacionais, determinando parâmetros de qualidade e subsidiando os processos de tomada de decisão que afetam direta e indiretamente os sistemas de ensino e os sujeitos envolvidos no processo educativo (GATTI, 2014; SANTOS *et al.*, 2021).

Na América Latina, esse movimento iniciou-se a partir da década de 1980, fruto da ascensão do neoliberalismo e da crise econômica mundial, que implicaram em uma cultura gerencialista, que considera o conhecimento útil pragmaticamente voltado para resultados, e a prática de avaliar como eixo central das políticas educacionais (ALMEIDA, 2013; MARTÍNEZ RIZO, 2008). A partir de então, foram adotados sistemas centralizados de avaliação educacional em diversos países do continente, culminando, no Brasil, na criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (GATTI, 2014; SOARES, T.; SOARES, D.; SANTOS, 2021).

Com a consolidação do Saeb no âmbito nacional, avaliações de natureza estadual também foram criadas, no sentido de promover um diagnóstico mais preciso da realidade educacional local. No estado do Espírito Santo, no ano de 2000, foi criado e implantado o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes). Contudo, foi a partir do ano de 2008 que ele passou a ganhar maior notoriedade no desenvolvimento de ações e políticas em âmbito estadual, sobretudo considerando que sua aplicação passou a ocorrer anual e censitariamente, produzindo dados contínuos que guiaram o monitoramento da educação no estado (SANTOS *et al.*, 2021).

Com isso, as políticas de avaliação passaram a influenciar fortemente o plano pedagógico de gestores e coordenadores, o estabelecimento de metas e a prática profissional dos professores no cotidiano escolar (*high stakes tests*), intensificando as práticas de responsabilização baseadas em resultados. Conforme indicado por Parcerisa *et al.* (2022), essas práticas afetam profundamente os papéis, as práticas docentes e as identidades dos envolvidos, na área da educação, sobretudo, os professores (BARBOSA; VIEIRA, 2013).

Contudo, a análise da literatura acadêmica desenvolvida revela a carência de estudos voltados para esse debate, sobretudo no que se refere às atitudes desses profissionais perante as avaliações externas aplicadas em larga escala. Considerando os desafios que esse fenômeno demanda para a tarefa docente, esta pesquisa objetiva analisar as percepções, sentimentos e comportamentos de 405 docentes da rede estadual do Espírito Santo em relação a esse tipo de avaliação.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quantitativo, não experimental, de cunho instrumental (CARRETERO-DIOS; PÉREZ, 2007), realizado com delineamento transversal, que consiste na aplicação e análise da Escala de Atitudes perante as Avaliações Externas aplicadas em larga escala (EAAE) para 405 professores vinculados à Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo.

Os participantes atuavam em escolas localizadas em 29 dos 78 municípios do Espírito Santo, dos quais a maioria reside e atua na Região Metropolitana da grande Vitória (64,31%).^[1] Quanto à disciplina que lecionam, a maioria encontra-se na área de Linguagens e Suas Tecnologias (28,34%), seguidos por Ciências da Natureza e Suas Tecnologias (21,25%), Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (19,62%), e Matemática e Suas Tecnologias (18,80%).^[2]

A EAAE possui validade de conteúdo (SOARES, D.; SOARES, T.; SANTOS, 2022) e é composta por 30 itens, estruturados em uma escala do tipo *Likert* de concordância, que buscam capturar o que os(as) professores(as) da educação básica (público-alvo) pensam (dimensão cognitiva – 12 itens), sentem (dimensão afetiva – 8 itens) e como se comportam (dimensão comportamental – 10 itens) em relação às avaliações externas aplicadas em larga escala no Brasil. Sua pontuação varia entre 30 e 150 pontos, com pontuação neutra situada no valor 90 pontos. Em síntese, valores mais altos (acima do ponto neutro) revelam atitudes mais positivas e, por outro lado, os mais baixos (abaixo do ponto neutro) indicam atitudes mais negativas em relação às avaliações externas.

A análise dos dados foi realizada com o auxílio do *software* Microsoft Excel e envolveu estatísticas descritivas que se referem à média, desvio-padrão e coeficiente de variação (CV). Para essa última, considerou-se, como parâmetro, a classificação proposta por Pimentel-Gomes (1985), que assume que o CV é considerado baixo, caso o valor obtido seja inferior a 10%; médio, caso o valor esteja entre 10% e 20%; alto, caso esteja entre 20% e 30% e muito alto para valores acima de 30%.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 indica as estatísticas descritivas calculadas para a EAAE aplicada e suas dimensões cognitiva, afetiva e comportamental. Observe que a variação dos escores sinaliza para a relevância da escala para discriminar atitudes positivas e negativas perante as avaliações externas aplicadas em larga escala.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas obtidas pela aplicação da EAAE

Escala e suas dimensões	Quantitativo de itens	Escore médio	Desvio-padrão	Coefficiente de variação	Intervalo de variação
Cognitivo	12	34.55	10.00	28,94%	12 - 60
Afetivo	8	22.32	7.60	34,05%	8 – 40
Comportamental	10	34.7	7.80	22,48%	10 – 50
Escala Total	30	91.57	21.97	23,99%	30 - 150

Fonte: Elaboração dos autores (2023).

Inicialmente, é preciso destacar que os valores médios obtidos pelas dimensões cognitiva e afetiva da escala refletem, para a amostra analisada, atitudes negativas acerca das avaliações externas aplicadas em larga escala. Por outro lado, a dimensão comportamental indica atitudes positivas, sinalizando que apesar das crenças e sentimentos negativos, no geral, os docentes investigados utilizam seus resultados em sua prática cotidiana.

Embora a análise seja realizada de forma generalizada, é preciso ponderar, também, o coeficiente de variação que apresenta, conforme a classificação proposta por Pimentel-Gomes (1985), índices altos para a dimensão cognitiva e comportamental e muito altos para a dimensão afetiva. Isso significa que não há uma concepção uniforme em nenhuma dimensão, sendo a afetiva a que apresenta maior variabilidade de opiniões.

O componente comportamental, nesse sentido, é o que eleva o escore da Escala Total para a positividade. Podemos problematizar esse dado da perspectiva da força coercitiva da política de avaliação nos fazeres dos docentes do estado. Na realidade do Espírito Santo, essa coerção de aderência é materializada através da portaria n.º 154-R (ESPÍRITO SANTO, 2020). Essa portaria determina as atribuições dos profissionais que compõem a equipe técnico-pedagógica das unidades escolares públicas do estado. Os Art. 11 e 12 preveem as atribuições do pedagogo de acompanhar as avaliações externas, monitorar os resultados por componente curricular e orientar os professores no desenvolvimento de metodologias para a melhoria dos resultados. E também discutir com a comunidade escolar os resultados das avaliações internas e externas e buscar aprimoramentos.

Não somente o pedagogo, mas no art. 13 determina ser responsabilidade do professor coordenador de área mobilizar a comunidade escolar para as avaliações externas e também analisar seus resultados junto aos docentes, a fim de buscarem proposições de intervenções

pedagógicas. Dessa forma, ainda que os docentes tenham sentimentos negativos pelas avaliações em larga escala, a legislação determina que sua prática docente seja orientada pelos resultados das avaliações externas.

Os itens da dimensão comportamental do construto que apresentam maiores médias, indicando uma maior concordância por parte dos docentes são: “*Recomendo a participação nessas avaliações*”, média 3,93; “*Converso com os estudantes sobre sua importância*”, média de 3,86; e “*Resolvo questões de avaliação anteriores em sala de aula*”, média de 3,54. Assim, percebe-se que os docentes incorporam em sua prática profissional o diálogo e a recomendação para os estudantes participarem das avaliações externas e também utilizam questões anteriores da avaliação em seu cotidiano.

Outro mecanismo adotado pelo governo estadual para a adesão dos professores a uma prática docente em torno das avaliações externas é a política de bonificação por desempenho, implantada no estado por meio da Lei Complementar n.º 504, cujo Art. 3º afirma que a mesma “será paga na proporção direta do alcance dos indicadores de qualidade preestabelecidos para a unidade escolar ou administrativa onde o profissional estiver desempenhando suas funções”. Nesse caso, o rendimento escolar dos estudantes no Paebes passou a ser considerado para o cálculo do bônus a ser recebido anualmente por esses profissionais, que pode chegar a até 150% do valor do seu rendimento mensal (ESPÍRITO SANTO, 2009, 2011; SOARES, T.; SOARES, D.; SANTOS, 2021).

Essas práticas de bonificação por desempenho sinalizam uma transferência de responsabilização do estado para os atores da escola, que precisam prestar contas (*accountability*) dos resultados alcançados pelas unidades em que atuam. Parcerisa *et al.* (2019) postulam, ainda, que essas políticas regularizam a prática docente, delineando seus comportamentos às intencionalidades do Estado em torno das avaliações externas, sendo essa, uma ação que se manifesta em vários estados brasileiros (SCHNEIDER; ROSTIROLA, 2022). Assim, mesmo que o docente não concorde com as políticas de avaliação em larga escala, eles adotam práticas consonantes por meio dos mecanismos políticos de coerção criados pelo Estado, o que pode explicar a diferença nos escores obtidos nas diferentes dimensões do construto atitudes evidenciadas por meio da aplicação da EAAE no âmbito do Espírito Santo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar as percepções, sentimentos e comportamentos de 405 docentes da rede estadual do Espírito Santo em relação às avaliações externas aplicadas em larga escala, por meio da aplicação da EAAE. Os resultados indicaram que embora os professores tenham atitudes negativas no que se refere às dimensões afetiva e cognitiva do construto, possuem atitudes positivas na dimensão comportamental, o que foi problematizado a partir da legislação educacional de coerção do Estado, relacionada às avaliações

padronizadas, e da força da política de bonificação por desempenho, que revela efeitos de alta intensidade (*high stakes tests*) na prática docente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Políticas de Educação e Estado Avaliador na América Latina: Uma Análise para Além das Avaliações Externas. **REICE: Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, [S. l.], v. 11, n. 4, 2016.

BARBOSA, Liliane Cecília de Miranda; VIEIRA, Lívia Fraga. Avaliações externas estaduais: possíveis implicações para o trabalho docente. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, n. 11, v. 02, 2013.

CARRETERO-DIOS, Hugo; PÉREZ, Cristino. Standards for the development and review of instrumental studies: Considerations about test selection in psychological research. **International journal of clinical and health psychology**, v. 7, n. 3, p. 863-882, 2007.

ESPÍRITO SANTO. Decreto nº 2.761. **Regulamenta concessão da Bonificação por Desempenho**, instituída pela Lei Complementar nº 504, de 20 de novembro de 2009. Vitória, 2011.

ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar nº 504. **Institui a Bonificação por Desempenho, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEDU, e dá outras providências**. Vitória, 2009.

ESPÍRITO SANTO. Portaria n.º 154-R. **Disciplina as atribuições dos profissionais que compõem a equipe técnico-pedagógica das unidades escolares públicas estaduais e dá outras providências**. Vitória, 2020.

GATTI, Bernadete Angelina. Avaliação: contexto, história e perspectivas. **Olh@res**, Guarulhos, v. 2, n. 1, p. 08-26. Maio, 2014.

MARTÍNEZ RIZO, Felipe. **La evaluación de aprendizajes en América Latina**. Distrito Federal, México: INEE, 2008. Disponível em: <https://www.inee.edu.mx/wpcontent/uploads/2019/01/P1C140.pdf>.

PARCERISA, Lluís, *et al.* Teacher autonomy in the age of performance-based accountability: A review based on teaching profession regulatory models (2017-2020). **Education Policy Analysis Archives**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6204>.

PIMENTEL-GOMES, Frederico. **Curso de Estatística Experimental**. 12. ed. Piracicaba: Livraria Nobel, 1985.

SANTOS, Wagner dos. *et al.* Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo: trajetória, avanços e desafios do Paebes. In: PONTES, J. A.; OSTI, A.; VIDAL, E. M. (org.). **Avaliações estaduais: nascimento, vida e protagonismo**. [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2021.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; ROSTIROLA, Camila Regina. Políticas de evaluación a gran escala: repercusiones del bono en la calidad educativa. **Debates en Evaluación y Curriculum**, Tlaxcala, p. 2112-2122, set. 2022 Trabalho apresentado no Congresso Internacional de Educación, Tlaxcala, México, 2022.

SOARES, Denilson Junio Marques; SOARES, Talita Emidio Andrade; SANTOS, Wagner dos. Evidências de validade de conteúdo da Escala de Atitudes perante as Avaliações Externas aplicadas em larga escala (EAAE). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 1806–1818, 2022.

SOARES, Talita Emidio Andrade; SOARES, Denilson Junio Marques; SANTOS, Wagner dos. Sistema de Avaliação da Educação Básica: revisão sistemática da literatura. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 32, p. e07839, 2021.

[1] A Região Metropolitana da Grande Vitória é formada pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

[2] Dos participantes, 11,99% não quiseram declarar a disciplina em que atuam.